

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 14 de julho de 1993

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Sente-se que há uma verdadeira política econômica em curso. Já através das medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para disciplinamento da atuação dos bancos oficiais e da ofensiva desencadeada pela Receita Federal contra a sonegação, o governo demonstrara o propósito de austeridade de que está imbuído. Ontem, foi a vez das estatais, que deverão fazer fundos cortes nos seus planos de investimento, reduzir os gastos de custeio e obedecer a rígidos parâmetros para a sua política de preços e tarifas para o médio prazo.

Ao discutir recentemente o tema, defendemos a tese de que as tarifas de serviços e os preços dos bens produzidos pelas empresas sob o controle estatal não podem ser mantidos permanentemente defasados, sob pena de terem um repique mais adiante com grande impacto inflacionário. Mas fizemos questão de ressaltar que uma política correta de preços administrados não pode deixar de levar em consideração os custos reais das empresas. E isso na prática vinha se mostrando impossível, uma vez que as estatais não exibiam as suas planilhas para avaliação e, freqüente-

mente, adotavam uma política salarial errática.

Nada mais indicado, portanto, que o controle sobre as estatais seja feito por um colegiado de alto nível sob o comando do presidente Itamar Franco, como o Comitê de Coordenação das Empresas Estatais (CCE). Só o presidente pode dirimir discordâncias habituais entre ministros das diversas áreas quando se trata de atualizar preços administrados. Não que seja inaceitável a premissa de que estes devem ser corrigidos pela inflação. O que sempre é motivo de controvérsia é o nível de reajuste em termos reais para recuperar perdas passadas.

A decisão, nesse caso, depende das conveniências da política econômica, que está entregue ao ministro Fernando Henrique Cardoso, como reafirmou ontem, taxativamente, o presidente da República, em entrevista coletiva. E o ponto de vista do titular da Fazenda é de que os aumentos acima da inflação só se-

rão permitidos "quando forem absolutamente indispensáveis".

A posição do ministro é perfeitamente compreensível, estando a inflação mensal em 30%. Como tem mostrado a experiência, os reajustes de certos preços — em especial dos combustíveis —, além de sua influência direta sobre o nível de preços em geral, exercem um efeito psicológico bem preciso, sendo tomados como sinalizadores da inflação. Assim, a recuperação da defasagem existente só será possível, de maneira progressiva, pelo menos enquanto estiver em processo o ajuste fiscal.

Compreende-se também, hoje mais do que nunca, que esta é uma questão diretamente ligada à credibilidade. Se as autoridades buscam, através de entendimentos, moderar a alta de preços, não podem permitir que as empresas estatais aumentem desmesuradamente as tarifas. Isso não é só um mau exemplo. Os "tarifários" são geralmente in-

terpretados como uma preliminar para choques econômicos.

Que não estão nas cogitações do governo, tendo o presidente negado, pela enésima vez, qualquer intenção de prefixar preços ou salários. A mensagem é clara: o governo tem um rumo, que é o fixado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, e dele não pretende afastar-se. Obedecida essa orientação geral, o chefe da Nação pode mesmo vir a vetar o projeto de lei salarial que está sendo votado pela Câmara, uma hipótese deixada em aberto.

Na mesma data da reunião do CCE e em meio a estranhos rumores de "fujimorização", o presidente Itamar falou no momento adequado. Com uma expansão moderada da economia, reacendem-se as esperanças internas e há boas notícias também do exterior, como o fechamento praticamente definitivo do acordo da dívida externa, válido para os próximos trinta anos. Ninguém está satisfeito com a inflação, mas o governo se arma dos instrumentos para combatê-la, dentro do mais puro respeito aos princípios democráticos.

6 Con - Brasil